



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR/CAMPUS MARABÁ

1 HISTÓRICO DA UFPA

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1. Histórico da UFPA

Em consonância com a missão, visão e princípios norteadores da UFPA, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Marabá ? Turma PARFOR busca produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de sujeitos do campo capazes de promover a construção de assentamentos, comunidades e escolas rurais visando uma sociedade sustentável.

Da mesma forma, como visão central buscamos ser referência nacional e regional como universidade integrada à sociedade como um todo e contribuir para consolidação da UFPA e do Campus de Marabá como centro de excelência e referência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

No que se refere aos princípios, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá/Turma PARFOR está consonância com os da UFPA, com destaque e orientações visando a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamentos; o ensino público e gratuito de qualidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o reconhecimento dos direitos humanos e conservação do meio ambiente.

1.2. Histórico do curso no Brasil e na UFPA

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação ? MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela atual Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão ? SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo ? CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo ? GPT.

Com a publicação, ainda em 2003, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a ainda SECAD / MEC iniciou diferentes ações visando ao fortalecimento da educação do campo no Brasil. Dentre essas, duas ações merecem destaque: a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo ; a construção de uma Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas / planos partem de uma problemática inter-relacionada, qual seja, para se ampliar a inclusão da população do campo na rede pública de ensino é preciso uma organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para isso é necessário a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir com a formulação dessa organização curricular e metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais precisa basear-se numa metodologia particular que já seja indutora e experimentadora das escolas do campo que se deseja construir / transformar, nessa perspectiva essas ações coadunam perfeitamente com os objetivos do PARFOR, aliás o PARFOR pode apresentar quando orientado à realidade das escolas e sujeitos do campo a possibilidade concreta de atingir esses objetivos.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o convite a 07 Instituições Federais de Ensino Superior ? IFES com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e na experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo para a construção de uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Essas IFES foram: Universidades Federais do Pará (UFPA), da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB), de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Do ponto de vista de nossa realidade regional, ao olharmos para a situação da educação do campo, as assimetrias se intensificam, pois nas escolas do campo registradas no último censo do INEP em 2009, apenas 3% das escolas de 1a a 5a série contavam com professores com formação em nível superior e/ou licenciatura, com relação ao ensino médio 45% das escolas contam com professores habilitados em nível superior e/ou com licenciatura, reforçando a imensa demanda pela formação de educadores do campo. Tais dados reforçam a pertinência em nossa região de propor uma educação do campo voltada à realidade dos sujeitos do

campo e formando professores-educadores aptos para atuarem nessas escolas, haja vista a ausência de profissionais minimamente formados.

Atualmente o curso de Licenciatura em Educação do Campo é ofertado em mais de 50 IFE's - Instituições Federais de Ensino Superior e mais recentemente no final do ano passado o MEC via SECADI/SESU/SETEC lançou o edital PROCAMPO/MEC, cujo objetivo central é consolidar os cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas IFE's, dentre outras questões reforçando o quadro de docentes das instituições com 15 vagas e mais 3 vagas de técnicos administrativos e pedagógicos.

Em contrapartida, nos próximos 3 anos as IFE's com projeto aprovado no edital se comprometeram em ofertar turmas de 120/educandos/anos nos anos de 2013, 2014 e 2015 e nós do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá tivemos o projeto aprovado em 6º lugar, dentre 44 IFE's selecionadas demonstrando o acúmulo, reconhecimento e colocando o desafio de consolidar o curso.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Resultante de um processo histórico marcado por graves contradições e conflitos de toda espécie (social, econômico, ambiental, agrário, entre outros), o Sul e Sudeste do Pará se configura hoje como uma região que aglutina centros urbanos e área rural carentes de políticas públicas, estando principalmente as populações camponesas submetidas a uma situação de abandono de toda ordem: faltam escolas, estradas, hospitais, segurança, opções de lazer, dentre outras.

Neste contexto, a luta dos movimentos de trabalhadores rurais por reforma agrária ampla tem sido marcante no sentido de assegurar melhores condições de vida aos povos do campo. Atualmente a região norte é a segunda região como o maior número de famílias assentadas em áreas de reforma agrária do Brasil, são 167.032 famílias, totalizando 842.303 pessoas vivendo em assentamentos regularizados. Na região sul e sudeste do Pará, antes de 1995 existiam 65 assentamentos, entre 95 e 2000 este número passou a 276, sendo que até dezembro de 2003, contabilizava-se a existência de 381 assentamentos, conformando uma área de 1.207.938 ha destinadas à agricultura familiar e mais de 60 milhões de reais em linhas de crédito federal liberados para infra-estrutura, moradia e produção agrícola. Atualmente existem aproximadamente 500 assentamentos e 100 mil famílias assentadas na região. Para além disso, vivem na chamada zona rural da região um imenso contingente de famílias de agricultores não assentados e não acolhidos diretamente pelos benefícios da

reforma agrária, são agricultores acampados [sem a terra para trabalho] e aqueles que vivem em vilas rurais, possuindo apenas pequenas porções de ?roçado?.

Em meio ao processo de criação dos assentamentos, a luta dos movimentos tem se feito também pela instalação no campo de serviços públicos oferecidos pelo Estado que garantam a todos o direito de acesso a escolas, serviço médico, estradas, crédito, etc. Por este motivo nesta região, assim como em todo país, tem sido marcante a ação dos agricultores, como atores políticos, na pressão sobre o poder público que ajudem na garantia do acesso das famílias assentadas a direitos sociais básicos e que permitam a melhoria da qualidade de vida da população do campo, contribuindo assim para busca da superação do abandono histórico a que esta esteve submetida por conta da ausência do Estado como provedor de direitos.

Desta forma, a educação tem sido também uma área de atuação do Estado fortemente influenciada pela pressão dos movimentos de trabalhadores rurais. Em decorrência desta pressão nos assentamentos do sudeste do paraense hoje existem 266 unidades de atendimento escolar, distribuídas entre escolas e unidades anexas a escolas localizadas nos centros urbanos próximos. Estas unidades escolares de assentamento, mantidas quase que em sua totalidade pelo poder público municipal, ofertam na maioria das vezes apenas o ensino fundamental, muitas vezes em salas multisseriadas, sem que haja condições materiais e formação adequada dos educadores para trabalhar com tal situação.

A maioria das escolas oferta apenas as séries iniciais. Apesar de a maioria possuir sede própria, uma parte significativa funciona em galpões, salões paroquiais, casa emprestada, etc. Muitas não possuem energia elétrica e nem água potável. Os móveis escolares são precários e não existem bibliotecas, laboratórios, computadores, etc.

Nas localidades rurais existem unidades escolares que ofertam o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, o quadro profissional das escolas é composto de técnicos pedagógicos e docentes que muitas vezes moram nos centros urbanos sede dos municípios, o que compromete o desenvolvimento do processo pedagógico, devido as constantes trocas de membros das equipes ou o distanciamento na relação com as comunidades. Na maioria das vezes os profissionais da própria comunidade não possuem formação superior, ficando restrita sua atuação as séries iniciais.

Além da falta de recursos humanos, materiais e de condições adequadas para o bom desenvolvimento das atividades educativas, ainda faltam escolas para atender a demanda existente. As unidades de ensino fundamental existentes em assentamentos no sudeste paraense atendem a 18.658 crianças e jovens, distribuídos entre o ensino fundamental normal (1ª a 8ª série) e EJA (1ª a 4ª etapas), enquanto as unidades escolares de ensino médio existente atendem apenas a 503 jovens , sendo que a população de crianças e jovens

assentados em idade escolar é de aproximadamente 300 mil.

Se por um lado tais fatos evidenciam uma realidade histórica a qual tem sido submetida à educação escolar ofertada às classes populares do campo, por um outro essa situação se agrava quando se observa que, além de precário, o processo educativo realizado nas escolas do campo se materializa reproduzindo um modelo importado da educação urbana, tendo o padrão da escola urbana como referência para organização do tempo, ambiente escolar e práticas pedagógicas, sendo o urbano a referência ainda dos conhecimentos a serem trabalhados.

Além de se afirmar com um viés urbanocêntrico, o processo educativo se orienta por um lógica em que predomina a visão curricular tradicional do ensino e currículo escolar que trata o conhecimento como algo a ser consumido, sustentando uma compreensão da educação como processo de formação instrucional, que objetiva passar aos estudantes uma cultura e conjunto de habilidades comuns que os capacite a operarem com eficiência na sociedade mais ampla [urbana].

Neste sentido, a "escola rural" tem sido feita, hegemonicamente, desprestigiando os saberes, realidade e demandas locais e contribuindo para reproduzir um processo que faz da escola o lócus onde a cultura culta [liberal, burguesa, branca, classe média e urbana] é aprendida e onde os estudantes experimentam a hierarquia e a fragmentação das relações, práticas e saberes que justificam as distinções de status e classe que existem na sociedade mais ampla.

Assim, ao mesmo passo em que se faz sociocêntrica e etnocêntrica, centrada nos valores de uma classe social e de um grupo étnico, a escola contribui também para reafirmar uma visão estereotipada e negativa dos povos do campo [não civilizados, pobres coitados, atrasados, etc] que os toma como sujeitos não produtores de conhecimento e cultura, a quem a escola urbana deve salvar, nem que seja apenas com as primeiras letras.

Assim, ao se instituir pela negação da realidade e cultura em que vivem aqueles a quem ela pretende atender, tal escola acaba funcionando como mecanismo de reprodução da condição de subordinação-subjugação da população camponesa e de seus modos de vida, de uma forma que seus sujeitos são tomados silenciosamente - tanto no contexto da política pública como no texto dos livros escolares - como segmento intelectual e culturalmente inferior, destinado ao "trabalho bruto da roça", por isso não merecedor de tanta preocupação quanto a qualidade dos serviços públicos que lhes são ofertados, em especial a educação.

Se por um lado tal situação contradiz a própria existência do chamado estado de direito e a todas as legislações que o tentam afirmar como tal, por outro, em um país de grande potencial rural cuja produção da agricultura familiar responde por 38% do valor bruto de toda a produção agrícola, o descaso do poder público em todas suas instâncias [federal,

estadual e municipal] em relação à formação escolar e profissional com qualidade dos sujeitos do campo se configura como descaso com o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Mais recentemente, a partir do ano de 2006 esse acúmulo de parceria, reflexões e ações no campo da educação do campo entre UFPA/Campus Universitário de Marabá, Movimentos Sociais organizados do campo e INCRA/PRONERA possibilitaram ao Campus de Marabá ganhar visibilidade internamente na própria UFPA, reconhecimento institucional e social como também no cenário nacional nas discussões fomentadas inicialmente pelo MEC/SECAD e posteriormente MEC/SECADI sobre a formulação de uma proposta específica para o atendimento das demandas e necessidades da formação de educadores para os povos do campo.

Dessa forma, em 2008 a partir de 10 anos de elaboração e ações na formação de educadores do campo e provocados por um momento histórico de fortalecimento, expansão e institucionalização de ações de diversidade social e educação afirmativa do ensino superior no país, discute-se então no Campus Universitário de Marabá juntamente com o FREC/SUPA ? Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará a concepção e elaboração de um curso específico que busque dar conta de formar educadores para atuarem nas escolas e comunidades rurais em diversos e diferentes espaços educativos para além da sala de aula e dos muros das escolas.

Ainda com relação ao histórico do Campus em relação à Educação do Campo, no ano de 1999 realizou o Projeto de Formação/Escolarização em Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), ofertado a jovens e adultos moradores de PAs organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI). Em 2001, aconteceu o Projeto de Escolarização/Formação em Ensino Médio Magistério, ofertado em continuidade ao projeto anterior, concluído no ano de 2003. No mesmo ano foi realizado também o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, com atividades educativas realizadas pelos educandos (as) do ensino médio nos PAs no quais eles moravam.

Em outubro de 2003 iniciou o Projeto de Formação em Nível Médio Agrotécnico (1ª Turma) - oferecido a 80 jovens e adultos moradores de PAs organizados pela FETAGRI. Ainda em parceria com a FETAGRI foi desenvolvido durante os anos de 2004-2005 o Projeto de Alfabetização/Escolarização em Ensino Fundamental (séries iniciais), oferecendo escolarização de 1ª a 4ª série a 700 homens e mulheres adultos, moradores de 22 assentamentos.

Em 2004 começaram as atividades do primeiro projeto de ensino superior financiado pelo

PRONERA no Sudeste do Pará, o Projeto de Formação em Nível Superior em Agronomia, atendendo a jovens e adultos dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, moradores de PAs organizados pelo MST. No ano de 2006 três novos projetos iniciaram suas atividades, sendo dois no ensino superior e um no ensino médio, são eles: o Projeto de Formação em Nível Médio Agrotécnico (2ª Turma) e o Projeto de Formação em Nível Superior Curso de Pedagogia, em parceria com a FETAGRI; e Projeto de Formação em Nível Superior Curso de Letras, em parceria com o MST, esses dois últimos em especial já tratando da formação de professores-educadores para dar conta da demanda das escolas do campo.

Buscando uma formação crítico-criativa que seja possibilitadora de aprendizagens significativas e se orientando pela perspectiva de que os projetos curriculares devem ter como ponto de referência para a formação as experiências pessoais concretas vivenciadas pelos educandos e seus grupos culturais, estes projetos de Educação do Campo no conjunto de suas ações, para além da escolarização formal, têm buscado contribuir com a produção de conhecimentos e experiências que ajudem no fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Assim, tais projetos têm assumido como objetivo fundamental realizar um processo educativo voltado a escolarização e formação profissional continuada que possibilite a potencialização da capacidade crítica e criativa dos sujeitos [educadores(as) e educandos(as)] do campo, permitindo o acesso à informações/conhecimentos e instrumentos/mecanismos que os auxiliem na ampliação da compreensão crítica da realidade sócio-cultural que vivenciam no contexto do campo e da luta pela terra (de sua condição/situação existencial individual e coletiva e das relações sociais e produtivas), possibilitando pensar de forma autônoma a elaboração/produção/implementação de propostas/ações que venham contribuir para a transformação de tal realidade segundo seus interesses, desejos e necessidades.

Dentro da perspectiva da educação do campo, as atividades dos Projetos se orientam pelo princípio de que não basta assegurar a oferta da escolarização "no" campo e "para" populações do campo, mas no sentido de garantir o direito a uma educação "do" campo, construída com/pelos sujeitos deste contexto sócio-cultural [daí a importância da parceria com os movimentos sociais] e afirmando um currículo que considere tal contexto e suas características como conteúdo fundante do processo de formação. Mais que "adequar" à situação do campo aquilo que foi pensado para cidade (conteúdos, material didático e organização pedagógica da escola), o que se deseja é afirmar é uma pedagogia e escola que seja "do" campo, contextualizada e vinculada à existência e projetos dos diversos sujeitos que ali vivem e proporcionadora da compreensão crítica sobre dialética presente na relação entre os elementos cotidianos e não cotidianos que condicionam a existência sócio-cultural e

ambiental do campo, buscando possibilitar aos sujeitos ampliarem seus conhecimentos, construindo novos saberes que os auxiliem na superação dos fatores que limitam a conquista de melhores condições de vida ? em todas as dimensões - para si e sua comunidade.

Diante desse desafio, tem sido buscada incessantemente pelos profissionais da UFPA envolvidos na organização dos projetos formas de pensar o desenvolvimento dos mesmos de uma maneira que provoque novas contribuições sobre a constituição da educação do campo no geral [para além do PRONERA]. A reflexão sobre as experiências vivenciadas por meio dos projetos, no desenvolvimento das propostas pedagógicas que os sustentam e na interação movimentos sociais e universidade, permite-nos visualizar como este processo tem se materializado na perspectiva da reinvenção social da relação Estado-Escola-Sociedade. A luta por uma educação ?do? campo e, por conseguinte, a materialização dos ideais curriculares que a sustentam, colocam em questionamento os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão própria da ordem social em que vivemos ao mesmo tempo em que permitem reinventar novas formas de intervenção tal ordem.

Desta forma, as experiências construídas na parceria Movimentos Sociais e Universidade, ajudam a provocar no campo teórico-prático o debate sobre a própria escola em perspectiva mais ampla, perseguindo a utopia de uma escola que, onde quer que esteja, se visualize como espaço-sujeito coletivo comprometido com a construção de conhecimentos voltados à compreensão e transformação da realidade, uma escola comprometida com as mudanças sociais e que consiga acompanhá-las, ao mesmo tempo em que possibilite a formação multicultural, entrelaçando saber universal e saber local, considerando as experiências de vida dos (as) educandos (as) e investindo nestes para que se tornem sujeitos críticos, criativos e solidários.

Resultante deste processo e do acúmulo de experiências começa a se afirmar no campus universitário da UFPA em Marabá um quadro de docentes/pesquisadores que, envolvidos com vários projetos, têm conseguido contribuir significativamente para o aprofundamento das reflexões acadêmicas sobre educação do campo e as experiências desenvolvidas no contexto regional e nacional, principalmente engendrando possibilidades de novos projetos que possam contribuir para a continuidade do processo de transformação pedagógica da escola do campo iniciado na região.

Em 2009, a partir do acúmulo conquistado por esta construção histórica, afirmada pela parceria entre universidade e movimentos sociais do campo, é que se propõe o Curso de Licenciatura em Educação do Campo funcionando desde então com turmas orientadas pela alternância pedagógica, onde na universidade se materializa no funcionamento em períodos letivos intervalares (Janeiro-Fevereiro e Julho-Agosto). Dessa forma, inicia-se então a

primeira turma de Licenciatura Plena em Educação do Campo do Campus Universitário de Marabá e com legitimidade conquistada tanto na sociedade local/regional, quanto nas instâncias internas de deliberação da UFPA, tendo sido aprovado pelo seu CONSEPE ? Conselho Superior de Ensino. Pesquisa e Extensão a criação do curso e o seu Projeto Político Pedagógico do curso pelas Resoluções Nos 3.845 e 3.846 de 19 de Março de 2009 e mais à frente detalharemos os embasamentos teóricos e as concepções que o embasam, valendo ressaltar, que estamos submetendo esse projeto político pedagógico, pois trata-se de um projeto específico para Turma PARFOR conservando os mesmos princípios e diretrizes que o já aprovado, no entanto com algumas especificidades, em especial, a oferta de uma única área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais (CHS).

Por fim, em relação à formação de professores, além das várias licenciaturas já existentes no Campus Universitário de Marabá, a Licenciatura em Educação do Campo abarca duas dimensões estratégicas fomentadas pelo Campus, no que se refere à formação de professores, mas também a perspectiva interdisciplinar adotada pelo curso e seus princípios formativos, tais como: a pesquisa/docência, o trabalho e a alternância pedagógica como princípios educativos norteiam a proposta e que vêm servindo ao Campus como um todo no fomento às propostas inovadoras de cursos de licenciatura na graduação e no fortalecimento das relações regionais com a sociedade civil organizada, com destaque para o forte vínculo com os movimentos sociais do campo atuantes em nossa região.

O Campus também assumiu como central o Programa de Ações Articuladas /Formação de Professores (PARFOR) do Governo Federal. Com essa ação, abriram-se 16 novas turmas de docentes da rede pública, oriundos de diversos municípios da região. Essas turmas do PARFOR, aliadas às turmas do Campus em regime intensivo, têm retomado uma intensificação da vida acadêmica durante os doze meses do ano, dando novo ritmo à dinâmica acadêmica deste Campus, tanto no período extensivo (março-junho e agosto-dezembro), como no intensivo (janeiro-fevereiro e julho-agosto).

Diante do exposto, acreditamos que o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá/Turma PARFOR 2011 está totalmente em consonância com os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica explicitados no Decreto Nº 6755 de 29 de Janeiro de 2009 contribuindo decisivamente com a concretização de seus objetivos, com destaque para: promover a melhoria da qualidade da educação básica pública; promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior; promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a

progressão na carreira; ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial; ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social; promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo; promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Plataforma Freire / MEC

Vagas: 40

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3480 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Intensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Reoferta: A reoferta ocorrerá de forma modular no período entre as etapas durante os meses de abril a junho para as disciplinas referentes ao primeiro período letivo do ano acadêmico e durante os meses de outubro e dezembro para as disciplinas ofertadas no terceiro período do ano acadêmico corrente. Para além disso, os educandos poderão efetivar reoferta durante o período entre etapas destinados pelo calendário acadêmico. Próprio PARFOR em outros cursos do campus Marabá que possuam afinidade temática e de grade curricular com o curso de Educação do Campo.

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Impulsionada pela consciência crítica sobre tal situação a luta do movimento nacional por uma educação do campo, que hoje envolve principalmente os movimentos sociais e universidades, tem sido feita para além da reivindicação por construção de escolas e oferta de educação pública às populações do campo, a luta tem se pautado pela defesa de uma educação com uma pedagogia própria, um currículo novo, uma educação que seja ?do? campo, comprometida com a realidade e os povos do campo, respeitando seus saberes, práticas, cultura e trabalhando para contribuir com a superação de suas necessidades de aprendizados.

Entre tantas questões, tem-se pautado a necessidade de uma proposta pedagógica ? de um currículo ? em que a escola do campo considere os ?tempos? e ?saberes? dos sujeitos do campo; que se organize de forma a garantir a presença dos educandos na escola sem que isso seja comprometido e/ou comprometedor de outros ?tempos? (tempo do trabalho na roça; tempos religiosos; da estação de chuva; das marés, etc) e que desenvolva um processo educativo que respeite e tome como ponto de partida os saberes construídos pelas populações do campo, saberes que os sujeitos do campo acumulam antes de chegar à escola um conjunto de experiências vivenciadas pelo contato direto, desde cedo, com as estratégias que sua comunidade desenvolve na busca da produção e reprodução de sua existência material e não material (formas de organização social; formas de manejo da terra e plantio; construção de instrumentos de trabalho para pesca, caça, roça entre outros, formas de cuidar da saúde; diferentes celebrações religiosas; formas de socializar a produção .

Dessa forma, o curso se estruturará visando a articulação entre os saberes inseridos no contexto das populações do meio rural sem negligenciar as várias metodologias/teorias presentes no meio acadêmico. Assim, as diretrizes do curso de Licenciatura em Educação do Campo/PARFOR promoverão uma sólida formação que prestigie as diferentes formas de produção e construção do conhecimento inserindo os sujeitos no centro do processo de ensino-aprendizagem, o que epistemologicamente indica a orientação do curso pela opção da pedagogia da práxis e da valorização da experiência dos sujeitos como formas concretas de produção e geração de conhecimentos, com vistas à transformação da realidade.

Essa construção dar-se-á, entre outros momentos no percurso formativo, a partir da adoção da alternância pedagógica e da pesquisa como princípios educativos, sobretudo na realização da pesquisa socioeducacional e estágio docência ao longo do Tempo Comunidade (TC), assim como pelas viagens de campo propostas ao longo do curso e dos diversos seminários, desde o início do curso, que buscam aprofundar as reflexões e a compreensão pelos

educandos da problemática da questão agrária de maneira ampla, relacionando a realidade regional com a Amazônia e o país, com destaque para a relação entre questão agrária, papel do Estado, atuação dos Movimentos Sociais e a Educação do Campo.

Além disso, do ponto da fundamentação didático-pedagógica, destaca-se a relação entre a formação de educadores do campo e sua vinculação com as escolas do campo, ou seja, os estágios-docência realizados pelos educandos ao longo do curso devem dialogar estreitamente com a realidade das escolas do campo e comunidades rurais com um todo, a ideia central é articular a escola do campo com a universidade, ou seja, a educação básica com a educação superior, de forma que uma outra escola do campo possa ser gestada nesse processo.

Dito isso, o curso assume como princípios pedagógicos e éticos: a formação contextualizada; a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo e fonte de conhecimentos; a pesquisa como princípio educativo; a indissociabilidade teoria-prática; o planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade]; os educandos como sujeitos do conhecimento; e a produção acadêmica para a transformação da realidade.

Em síntese, preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno. Para isso, o curso deve tanto formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, como propiciar as bases de organização do trabalho escolar e pedagógico, a partir de estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por área do conhecimento.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Objetivo Geral:

a) atender à demanda de inclusão social das comunidades do campo, e responder à expectativa, atualmente expressa no corpo normativo brasileiro referente à educação, de que a diversidade social brasileira seja contemplada no processo educacional, formando educadores para atuar na Educação do Campo.

Objetivos Específicos:

a) Construir currículos que contemplem e articulem uma sólida formação do educador nos princípios éticos e sociais próprios à atuação como profissionais da educação (e particularmente da Educação do Campo), na compreensão teórica e prática dos processos de formação humana (e particularmente dos processos sociais formadores dos sujeitos do campo), nas pedagogias, metodologias e didáticas próprias à gestão de processos educativos e ao trabalho com os sujeitos da educação básica (especialmente infância, adolescência e juventude) e nos conteúdos pertinentes às áreas de conhecimento, e em especial na área escolhida para sua atuação docente específica.

b) Organizar componentes curriculares por áreas do conhecimento e trabalho pedagógico interdisciplinar (incluindo dentro das possibilidades também a docência multidisciplinar), de modo que os estudantes-educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica metodológica para a qual estão sendo preparados.

c) Enfatizar a pesquisa, como processo desenvolvido ao longo do curso e integrador de outros componentes curriculares, culminando na elaboração de um trabalho monográfico com defesa pública.

d) Promover processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educadores em suas práticas educativas e em suas vivências sócio-culturais.

e) Promover estágios curriculares que incluam experiência de exercício profissional prioritariamente nos seguintes âmbitos: - docência multidisciplinar na área de conhecimento escolhida em escolas do campo, de educação fundamental ou média; - docência ou gestão de processos educativos nos anos iniciais da educação fundamental e na educação infantil; - participação em projetos de desenvolvimento comunitário vinculados às escolas do campo, a programas de educação de jovens e adultos e ou a movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais ou outras entidades que desenvolvem atividades educativas não escolares junto às populações do campo;

f) Ofertar a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, previstas para a docência multidisciplinar, garantindo estudos básicos e proporcionando o aprofundamento com estudos específicos da área, visando uma atuação docente nos anos iniciais da educação

fundamental e Ensino Médio nas disciplinas de História, Geografia, Estudos Amazônicos e Sociologia.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

- (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais;
- (ii) participar da gestão de processos educativos escolares;
- (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

Reforça-se a ideia aqui de que a atuação profissional dos educadores formados pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFGPA Campus Marabá deverão ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar, ou seja, o espaço agrário na interface com as cidades, o território e as territorialidades dessas populações e comunidades do campo deverão guiar as práticas de atuação profissional dos egressos.

Diante disso, o curso vem centrando esforços em duas frentes de articulação e mobilização, uma caracterizada pelo ?reconhecimento institucional? interno à universidade, onde o curso já encontra-se aprovado por resoluções específicas da própria universidade e estamos buscando aperfeiçoá-lo com a proposição desse novo Projeto Político Pedagógico e uma outra frente de trabalho que estamos tratando como o ?reconhecimento social do curso?, tanto por parte das organizações e movimentos sociais organizados do campo presentes em nossa região, como também na divulgação e realização de eventos, seminários e reuniões de trabalho com as Prefeituras, Secretarias Estadual e Municipais de Educação e o próprio MEC no processo de avaliação e reconhecimento do curso com o objetivo dos educadores formados pelo curso terem a possibilidade plena, por exemplo, de poder prestar concurso público e serem admitidos nas estruturas educacionais do próprio Estado.

Para, além disso, destaca-se a consonância do Projeto Político Pedagógico proposto, tanto em relação ao amparo legal supracitado, bem como às diretrizes curriculares para os cursos de graduação e o que se pretende do egresso do curso descritos no caderno no 7 da PROEG.

4.4 COMPETÊNCIAS

O amparo legal para esta proposta do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Humanas e Sociais encontra-se na Lei 9.394 de 1996, no parecer

CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e no parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Para, além disso, destaca-se a consonância do Projeto Político Pedagógico proposto, tanto em relação ao amparo legal supracitado, bem como às diretrizes curriculares para os cursos de graduação e o que se pretende do egresso do curso descritos no caderno no 7 da PROEG.

As competências esperadas são as seguintes:

- a. Educadores formados nos princípios éticos e sociais próprios à atuação como profissionais da educação (e particularmente da Educação do Campo), capazes de ter compreensão teórica e prática dos processos de formação humana (e particularmente dos processos sociais formadores dos sujeitos do campo);
- b. Domínio das pedagogias, metodologias e didáticas próprias à gestão de processos educativos e ao trabalho com os sujeitos da educação básica (especialmente infância, adolescência e juventude) e nos conteúdos pertinentes às áreas de conhecimento, e em especial na área escolhida para sua atuação docente específica;
- c. Ter capacidade de organizar o trabalho pedagógico e de gestão escolar de maneira interdisciplinar (incluindo dentro das possibilidades também a docência multidisciplinar), de modo que os estudantes-educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica metodológica para a qual estão sendo preparados;
- d. Possuir domínios das diferentes metodologias e instrumentais de pesquisa das áreas de conhecimento propostas pelo curso;
- e. Saber utilizar a dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos;
- f. Ser capaz de atuar na docência e gestão de processos escolares que envolva a educação básica fundamental menos, maior e o ensino médio em escolas do campo;

Para, além disso, destaca-se a consonância do Projeto Político Pedagógico proposto, tanto em relação ao amparo legal supracitado, bem como às diretrizes curriculares para os cursos de graduação e o que se pretende do egresso do curso descritos no caderno no. 7 da PROEG/UFPA, o que até então vem balizando nossas orientações no âmbito da UFPA.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares. Para tanto, adotar-se-á o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo de ensino-aprendizagem.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

CARGA HORÁRIA TOTAL E DURAÇÃO DO CURSO DE LPEC

A carga horária total do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/PARFOR está distribuída em 08 etapas. As etapas do Tempo-Espaço Universidade (T-E-U) se articulam com a próxima por meio do Tempo Espaço Localidade (T-E-L), presente da etapa 2 até a etapa 8, pois na primeira etapa tal T-E-L é constituído pelo Seminário "Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária" e integra respectiva carga horária da etapa.

A carga horária do T-E-U de cada etapa correspondem a 360 horas e as atividades obrigatórias realizadas no T-E-L estão divididas em quatro momentos específicos a partir do ano 3 etapa 5 até o ano 4 etapa 8 perfazendo um total de 400 horas (Estágio Docência).

As atividades curriculares (disciplinas) compõem o todo do projeto sem diferenciação entre optativas e obrigatória, vale destacar que a proposta do curso inicialmente previa a formação por áreas de conhecimento, no entanto a própria turma optou em sua totalidade em seguir somente uma área de conhecimento que foi a de CHS - Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, não ocorre, distinção entre disciplinas obrigatórias e optativas, o Núcleo Geral (Comum) de qualquer forma corresponde as três primeiras etapas do curso, totalizando 1.080 horas e o Núcleo Específico as 5 etapas posteriores totalizando 1.880 horas, pois todos os alunos irão cursar todas as disciplinas ofertadas pela grade curricular do projeto em questão, sendo elas obrigatórias para todos, totalizando as 3.280 horas e mais as 200 horas das atividades complementares fechando assim, a carga horária total do curso em 3.480 horas.

Da primeira etapa do primeiro ano ate a sétima etapa do quarto ano os educandos realizam a disciplina metodologia científica (são sete ao todo), esta disciplina encaminha as atividades do T-E-L e no retorno à universidade nos respectivos anos ocorre a disciplina de Socialização do Tempo Espaço Comunidade que é justamente a exposição/socialização da pesquisa realizada no campo, desta forma, desde o primeiro ano até o último consolidam-se

pilares fundamentais da Universidade materializado pelo ensino, pesquisa e extensão.

As atividades complementares correspondem a 200 horas conforme orientações legais. Tais atividades serão detalhadas com precisão no tópico 5.4 - Atividades Complementares, contabilizando uma carga horária total do curso de 3.480 horas.

5.4 Atividades Complementares

As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e nas situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, viagens e pesquisas de campo, estágios, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, dentre outras.) para apresentação de trabalho e organização de eventos relacionados a Educação do Campo e a área do conhecimento.

Como a turma PARFOR do curso de Licenciatura em Educação do Campo terá como ênfase a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, as disciplinas de referência são: Geografia, História e Sociologia, onde os educandos poderão acompanhar atividades complementares e livres promovidas por outros cursos da UFPA/Campus Marabá, como o de Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia e a própria Educação do Campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo vem promovendo desde o ano de 2009 atividades que podem servir aos estudantes para o cômputo das atividades complementares, tais como: Semana Camponesa; Café com Ciências; Ciclos de Estudos e Debates sobre Cultura e História Afro; Atividades promovidas pelo Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste, dentre outras.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso será construído a partir do conjunto de dados levantados nas pesquisas realizadas durante as atividades do Tempo-Espaço Localidade, orientadas por cada eixo e dos dados e conhecimentos produzidos a partir dos GEPTA's. Constitui-se na produção acadêmica individual tomada como critério obrigatório para a conclusão e diplomação no curso. O trabalho terá defesa pública, seguindo legislação específica da

UFPA.

O TCC constitui-se num exercício de produção acadêmica de cada educando orientado por um educador e/ou educadores parceiros do curso. Enquanto objetivos do TCC, destacam-se os seguintes:

- Fortalecer a formação acadêmica reflexivo-crítica dos (as) educandos (as) do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Marabá;
- Produzir um diálogo reflexivo-crítico entre as experiências dos (as) educandos (as) do curso, as principais matrizes teórico-metodológicas trabalhadas ao longo da formação e a realidade vivenciada por eles (as) nas escolas e comunidades rurais;
- Sistematizar e produzir reflexões acadêmicas que possam subsidiar projetos e ações transformadoras das escolas do campo e comunidades rurais e
- Contribuir na produção e ressignificação de materiais didáticos e paradidáticos para as escolas e comunidades rurais.

A LPEC deve incorporar em sua trajetória acúmulos e estratégias do movimento mais amplo da "educação do campo", onde três dimensões são colocadas como orientadoras dos processos formativos: (i) dimensão epistemológica " trata-se de provocar novas formas de produção do conhecimento acadêmico, a partir do estreitamento na relação universidade-movimentos e organizações sociais, ou seja, que tipo de conhecimento está sendo produzido? Para/com quem está sendo produzido? E, como está sendo produzido?"; (ii) dimensão pedagógica " o curso subverte os cursos de licenciatura tradicionais, incorporando a interdisciplinaridade e "novos" elementos pedagógicos, como por exemplo, a alternância pedagógica de tempos e espaços formativos tidos como uma espécie de formação contínua e articulada pela pesquisa e pelo trabalho como princípios educativos e curriculares; (iii) dimensão política " os cursos de "educação do campo" buscam intervir na realidade estudada e pesquisada, a fim de possibilitar transformações nas escolas e comunidades rurais.

Dito isso, propomos que os TCC's tratem, estudem, analisem e expliquem uma determinada realidade/situação educacional de uma escola e/ou comunidade do campo e/ou também deem conta de articular e dialogar com o que vem sendo construído por esse movimento mais amplo da "educação do campo", ou seja, esses trabalhos devem dialogar com a realidade educacional-pedagógica e curricular das escolas do campo e da educação básica escolar do campo entendida para além da escola propriamente dita, a partir das diferentes áreas de conhecimento do curso, mas podem e devem também refletir academicamente e criticamente sobre qual é o campo da educação do campo na região.

Dessa forma, objetiva-se dar ênfase na produção acadêmica refletida criticamente, a partir do contexto agrário regional, das lutas sociais mais amplas protagonizadas pelos movimentos sociais organizados do campo e das principais estratégias materiais e imateriais postas em prática pelas comunidades camponesas da região na efetivação de sua reprodução histórica e cotidiana.

Para tal, metodologicamente organiza-se a produção do TCC nos seguintes momentos:

- Os educandos devem ao final da quinta etapa do curso (segunda etapa de formação no Núcleo Específico em uma das áreas de conhecimento) definirem, com o apoio dos educadores, um professor orientador do curso e/ou de cursos parceiros vinculados a área de conhecimento: CHS ? Ciências Humanas e Sociais;

- A partir dessa definição, os educandos estarão vinculados a um projeto e/ou ação de ensino, pesquisa e/ou extensão desenvolvido pelo curso e coordenado por um professor, que deverá apoiá-lo na escolha de um tema e construção de uma problemática de pesquisa abarcando uma das duas dimensões elencadas anteriormente: (i) problemática das escolas e da educação básica do campo e/ou (ii) aspectos sociais, culturais, políticos e produtivos do campo da educação do campo e das comunidades camponesas na região;

- A prévia definição de um professor orientador ao final da quinta etapa do curso se deve aos seguintes aspectos: (i) ao fato dos mesmos já terem tido contato nas etapas anteriores com os principais referenciais teórico-epistemológicos das diferentes áreas do conhecimento do curso; (ii) sendo a quinta etapa, a segunda do curso na área de conhecimento escolhida, os educandos deverão ter tido contato com boa parte dos professores do curso e/ou de parceiros e dos principais projetos e/ou ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso, possibilitando assim, a escolha do professor orientador; (iii) ainda, ao final dessa quinta etapa do curso, no desenrolar do desenvolvimento curricular, o educando estará iniciando a segunda atividade de Estágio-Docência. Dessa maneira, é necessária a articulação entre as atividades curriculares do Tempo-Espaço Localidade (Pesquisa Sócio-Educacional, Prática educativa e o Estágio-Docência) e as atividades de construção do TCC individual.

Com isso, espera-se que seja facilitado, do ponto de vista pedagógico-metodológico, a construção do TCC ao longo das etapas seguintes do curso, fortalecendo a relação dos educandos com os orientadores em momentos, ora mais coletivos, com toda turma nas atividades de ?preparação do Tempo-Comunidade? de pesquisa sócio-educacional e Estágio-Docência, ora em momentos mais individualizados, tanto no período das etapas, como nas atividades de acompanhamento do Tempo-Espaço Localidade.

Por fim, reforça-se a ideia de que toda produção acadêmica do curso seja construída

articulando, dialogando e privilegiando as experiências e realidade dos sujeitos e comunidades do campo, problematizada criticamente pelos referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos trabalhados pelo curso, com o objetivo de colher elementos que possam auxiliar na melhor interpretação, compreensão e transformação dos processos sociais, educacionais, políticos, produtivos, econômicos e culturais mais amplos.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

É ofertado na modalidade da alternância pedagógica, na qual os estudantes alternam períodos de estudos presenciais no Tempo Espaço Universidade, ou seja, cursam as atividades curriculares presencialmente no 1º período (janeiro e fevereiro) e 3º período (julho e agosto) ofertados pela UFPA, e vivenciam o Tempo Espaço Localidade, (março a junho e setembro a dezembro) no qual desenvolvem atividades como estudo, pesquisa e extensão nas localidades rurais nas quais residem.

O estágio docência obrigatório constitui-se na vivência e no exercício profissional da docência na área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais, sob orientação e acompanhamento de docentes do curso. O objetivo dessa atividade curricular é articular e integrar as atividades de formação dos estudantes no tempo universidade com as atividades no T-E-L relacionando as discussões teórico práticas com a vivência em espaços educativos formais e não formais da Educação do Campo. Por isso, as atividades teórico/práticas serão realizadas durante o T-E-L em escolas e comunidades do campo.

A realização do Estágio docência tem como finalidade problematizar as experiências dos estudantes e confrontá-las a partir do universo educativo no qual irá atuar como profissional. Dessa forma, o estágio deve oportunizar experiências formativas que estejam relacionadas à área temática escolhida pelo aluno e ao mesmo tempo se articulem com as outras dimensões e saberes previstos na estrutura do curso.

A resolução CNE/CP 2/2002 ? art. 1º normatiza a realização e a carga horária de 400h do Estágio de Docência obrigatório a ser realizada a partir do início da segunda metade do curso. Para cumprir essa exigência, no curso Licenciatura em Educação do Campo/PARFOR, dividimos o estágio docência em quatro atividades curriculares de 100 horas cada, totalizando 400 horas, sendo ofertado a partir do quarto T-E-U, designadas de Docência I a IV.

Para melhor regulamentar essa atividades curricular está em construção a resolução de estágio no curso, que deverá ser aprovado pelo Colegiado. Para melhor orientar essa

atividade curricular, apresentamos algumas orientações gerais necessárias para melhor identificar os instrumentos obrigatórios que comprovem a realização do estágio pelos estudantes.

A carga horária de estágio pode ser subdividida em acompanhamento das atividades curriculares a partir da observação sistemática, planejamento e desenvolvimento de ações educativas nas escolas e localidades rurais, de acordo com o roteiro de pesquisa/estágio encaminhado pelos docentes no T-E-U, que deverá ser cumprida de forma rigorosa pelos estudantes. Os estudantes serão encaminhados a partir de um termo de compromisso com as atividades de estágio, com uma ficha de encaminhamento a ser preenchida pela instituição, além do encaminhamento para a Pró-reitoria de Administração (PROAD) da Universidade Federal do Pará do seguro obrigatório.

Essa ficha deverá ser preenchida sem rasuras, carimbada e assinada pela gestão escolar e/ou professor regente durante o estágio e entregue ao docente orientador do estágio. Ao concluir as atividades de estágio na instituição de ensino e comunidades rurais, o estudante deverá produzir um relatório, a partir da orientação do roteiro de estágio; No retorno à universidade, deverão ser socializadas em sala de aula as atividades realizadas durante o Estágio Docência e deverão ser entregues ao Docente orientador de estágio o Relatório, o Caderno de Estágio e Ficha de acompanhamento preenchida, assinada e carimbada pela escola, o qual os encaminhará a Coordenação do Estágio para produção do relatório semestral do curso.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e nas situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, viagens e pesquisas de campo, estágios, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, dentre outras.) para apresentação de trabalho e organização de eventos relacionados a Educação do Campo e a área do conhecimento.

Como a turma PARFOR do curso de Licenciatura em Educação do Campo terá como ênfase a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, as disciplinas de referência são: Geografia, História e Sociologia, onde os educandos poderão acompanhar atividades

complementares promovidas por outros cursos da UFPA/Campus Marabá, como o de Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia e a própria Educação do Campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo vem promovendo desde o ano de 2009 atividades que podem servir aos estudantes para o cômputo das atividades complementares, tais como: Semana Camponesa; Café com Ciências; Ciclos de Estudos e Debates sobre Cultura e História Afro; Atividades promovidas pelo Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste, dentre outras.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como componente curricular será realizada durante o Tempo-Espaço Localidade e Tempo-Espaço Universidade em atividades organizadas e propostas por escolas e comunidades do campo, secretarias e autarquias dos diferentes níveis públicos, organizações sociais e de base comunitária, além das instituições de ensino superior com carga horária de 400h, além das 200 horas de atividades livres, bem como 200 horas de atividades complementares ao longo do curso como um todo, tendo o seguinte sentido: poderão ser realizadas em atividades de pesquisa e extensão, tanto no âmbito da UFPA/Campus Marabá e/ou em outras instituições de ensino superior, bem como instituições de outras modalidades e níveis de atuação.

Como a turma PARFOR do curso de Licenciatura em Educação do Campo terá como ênfase a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, as disciplinas de referência são: Geografia, História e Sociologia, onde os educandos poderão acompanhar atividades complementares e livres promovidas por outros cursos da UFPA/Campus Marabá, como o de Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia e a própria Educação do Campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo vem promovendo desde o ano de 2009 atividades que podem servir aos estudantes para o cômputo das atividades complementares, tais como: Semana Camponesa; Café com Ciências; Ciclos de Estudos e Debates sobre Cultura e História Afro; Atividades promovidas pelo Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste, dentre outras.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa se integra à proposta da Licenciatura em Educação do Campo como uma das

dimensões do processo formativo, de modo que o processo ensino-aprendizagem, deve estar fundamentado no movimento ação-reflexão-ação. Além do que já foi descrito como pesquisa sócio-educacional (práticas pedagógicas, deescrevemos detalhadamente abaixo a estratégia e a política de pesquisa do curso via Viagens de Campo. Para isso, a cada final de Tempo-Escola serão definidos, no interior da área do conhecimento, objetos de investigação que respondam a problemáticas apontadas pelos eixos norteadores do processo formativo. Nesta proposta, o ensino decorre diretamente da investigação científica que propiciará o confronto entre diferentes saberes, tendo em vista sempre a produção de novos saberes que deverão incorrer em ações alternativas de ensino-aprendizagem no campo, ações que se traduzam em vivências do/no campo.

As viagens de trabalho de campo possuem no curso o sentido de mobilizar elementos da realidade amazônica, em particular, e Brasileira em geral, que dialoguem com os eixos temáticos que organizam a estrutura curricular, em especial os temas da diversidade social, ambiental e étnico-cultural. Nesse sentido, a perspectiva é aprofundar metodologias de pesquisa de campo e, assim, acessar elementos, dados e processos estruturantes da realidade a fim que estes ajudem, ao mesmo tempo, a consolidar teorias e processos estudados no Tempo Universidade e a sensibilizar os educandos para a compreensão de novos conteúdos.

Esses trabalhos possuem o sentido de construir aprendizados de metodologias de campo, como pesquisa e análise bibliográfica e documental, observações sistemáticas, entrevistas e etnografia. Além disso, os trabalhos também têm o sentido de experimentar diferentes formas de registro e linguagem para que os resultados sejam comunicáveis através de exposições fotográficas, produções áudios-visuais, teatralização e produção de materiais didáticos. A realização destes trabalhos será no período inter-etapas (Tempo Comunidade) para que seus objetivos sejam concretizados, sendo que os seus produtos serão finalizados durante o período de realização dos Seminários de Socialização do Tempo Comunidade, com exceção do primeiro que faz parte do Seminário ?Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária? e integra a carga horária da primeira etapa do curso.

A - Saberes e Territórios em disputa no sudeste do Pará

Objetivo: Compreender a dinâmica de conflito entre diferentes territorialidades e a dinâmica de formação da fronteira no sudeste do Pará, no sentido de visualizar as formas de geração do valor na região, explorando as agroestratégias ligadas a mineração e ao agronegócio, as formas de organização e luta social, bem como os processos didático-pedagógicos

estruturantes da educação do campo em comunidades camponesas.

Itinerário: Marabá, Vila Sororó, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, PA
Palmares II, Serra dos Carajás, Núcleo Urbano de Carajás.

Metodologia: Observação sistemática e entrevista

Produto: Exposição fotográfica, audiovisual

Realização: durante o Seminário "Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária" - ETAPA I.

B - O Brasil Fronteira: diversidade sócio-ambiental e dinâmica de expansão capitalista entre a Amazônia e o Cerrado

Objetivo: O trabalho busca entender processos mais amplos de estruturação capitalista no Brasil em diferentes ecossistemas, com complexidades ambientais distintas, bem como a diversidade de formas de organização contra-hegemônica e emancipatória. Temas como migração, formação regional e diversidade cultural e de sistemas produtivos visam consolidar uma leitura da região sudeste do Pará dialogando com outras referências e experiências.

Itinerário: Marabá, Sul do Tocantins, oeste do Piauí, sudeste do Maranhão.

Metodologia: Pesquisa e análise bibliográfica e observação sistemática

Produto: teatralização e audiovisual

Realização: realização entre a 2ª e a 3ª etapas, no segundo tempo comunidade.

C - Ordenamento territorial, recursos e diversidade ambiental: o eixo de colonização da Transamazônica

Objetivo: O trabalho visa compreender o processo de colonização da transamazônica, a fim de perceber as diferenciações ambientais, produtivas e culturais, bem como perceber os processos de ordenamento territorial impostos pelo Estado e as diferentes formas de organização e luta social nesse eixo.

Itinerário: Marabá, Novo Repartimento, Pacajá, Anapú, Belo Monte e Altamira.

Metodologia: Observação sistemática e entrevistas.

Produto: audiovisual e teatralização

Realização: entre a 4ª e 5ª etapas, no quarto tempo comunidade.

D - História e diversidade sócio-territorial na Amazônia

Objetivo: O trabalho visa compreender os diferentes processos de expansão capitalista, grãos (no eixo Rondon do Pará - Paragominas) e agrocombustíveis (no eixo Moju-Tailândia), e as

formas de organização e resistência, bem como entender a diversidade de formas de colonização, particularmente a diferença entre a colonização da Belém-Brasília e da zona Bragantina, além de reconhecer a diversidade cultural amazônica. Em termos mais gerais, o trabalho também pretende visualizar os processos históricos de formação regional amazônica a partir das formas espaciais em Belém.

Itinerário: Marabá, Rondon do Pará, Dom Eliseu, Paragominas, Castanhal, Apeú, Belém, Moju, Tailândia.

Metodologia: Pesquisa e análise documental e bibliográfica e observação sistemática.

Produto: Exposição fotográfica, áudio-visual e teatralização.

Realização: entre a 5ª e 6ª etapas, no quinto trabalho de campo.

E - Família, trabalho e sociabilidade: experiência social e produtiva de comunidades rurais

Objetivo: o trabalho tem o sentido de produzir um envolvimento entre os educandos e realidades diferentes em termos de cultura, identidade, trabalho e produção, no sentido destes vivenciarem o cotidiano de distintas comunidades.

Locais de vivência: Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA)/PA Palmares II, Aldeia Indígena, comunidades quilombolas e agroextrativistas, Assentamento Califórnia.

Metodologia: etnografia e pesquisa participante

Produto: cartilhas

Realização: entre a 6ª e 7ª etapas, no sexto tempo comunidade.

Em seus três anos e meio de existência formal, o curso de LPEC/Campus Universitário de Marabá, vem buscando avançar na estruturação e implementação de duas frentes de vínculos com ações de extensão e pesquisa para que os educandos possam exercer, formular e experienciar a pesquisa como princípio educativo e a extensão, enquanto práxis produtora de vínculos e laços fortes com as comunidades em que os mesmos vivem, atuam e trabalham.

Sendo assim, possuímos Núcleos e Projetos Integradores de Pesquisa-Extensão, com destaque para os seguintes:

(i) Núcleo de Estudo e Extensão em Educação do Campo [NECAMPO] ? esse Núcleo faz parte de uma articulação entre o curso de Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo, com vistas ao fortalecimento da experiência do exercício de docência por parte dos educandos desses cursos e do aprofundamento teórico-pedagógico na área de conhecimento

da educação propriamente dita;

(ii) Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo [NAEC] ? esse Núcleo articula docentes e bolsistas dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Agronomia, Geografia e Ciências Sociais, com vistas ao fortalecimento do debate da agroecologia e sua interface com a questão agrária na Amazônia e o protagonismo dos movimentos sociais organizados do campo;

(iii) PET ? Observatório dos Estudos da Fronteira ? trata-se de um Programa de Excelência Tutorial - PET/Conexão de Saberes com o objetivo de fortalecer o vínculo dos educandos com os educadores do curso ao longo de toda sua existência;

(iv) Programa de Iniciação a Docência [PIBID] ? Ensino Médio. Da mesma forma que o FET/Conexão de Saberes busca fortalecer o vínculo dos educandos com os educadores do curso e a interação coletiva com as escolas do campo e assentamentos rurais.

Enquanto linhas de pesquisa formalizadas e com ações integradoras em curso, destacamos as seguintes:

(i) Linguagem, identidade e educação do campo;

(ii) História e Memória da Educação do Campo [II PNERA ? SR 27 Sudeste do Pará];

(iii) História de Vida e Formação de Professores;

(iv) Observatório dos estudos da Fronteira;

(v) Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo: Questão Agrária, Sistemas Familiares de Produção e Movimentos Sociais na Amazônia Oriental.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

O curso proposto, em seu próprio desenho curricular já aponta para a relevância de atividades de extensão como catalizadoras do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a integração entre ensino e pesquisa requerem o diálogo necessário e permanente com os saberes que os sujeitos elaboram para além dos muros da universidade. Neste sentido, a extensão não é vista como meras ações de prestação de serviços a uma dada comunidade. A extensão é um espaço profícuo para garantir o dialogo entre conhecimentos já historicamente sistematizados e os conhecimentos que os sujeitos do campo elaboram na sua vivência com outros tempos-espacos. O confronto entre estes dois saberes deve se dar no ato da pesquisa e na forma de síntese ele deve ser submetido ao planejamento de ações que o educando em

formação deve propor para intervir criticamente nas escolas do campo e comunidades rurais. Desse modo, o processo de formação do educando deve integrar rigorosamente o ensino, a pesquisa e a extensão e no que refere ao atendimento do mínimo de 10% da carga horária do curso destinada às atividades de extensão previstas no Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA acreditamos estar contemplada a exigência no ponto anteriormente descrito, onde descrevemos detalhadamente o exercício do estágio-docência desenvolvidos na formação dos licenciandos ao longo do curso e o que do ponto de vista didático-pedagógico e metodológico confere uma interação permanente do educando com sua comunidade de referência indissociando assim a pesquisa e a extensão ao longo do curso.

Observando a carga horária destinada às 400 horas do estágio supervisionado de docência e seu ementário, bem como a orientação metodológica proposta, ao mesmo tempo que os educandos realizam os estágios, eles também interagem em e nas escolas e comunidades rurais propiciando discussões relacionadas: história e trajetória da comunidade e da escola rural ali fixada; principais aspectos sócio-culturais e políticos e suas implicação para o desenvolvimento da comunidade e da escola rural e problematização sobre conceitos e temáticas tais como: cultura, trabalho e juventude no meio rural buscando aprofundar os conhecimentos embasados cientificamente para poder qualificar o diálogo e propor intervenções conjuntas nas comunidades e escolas rurais.

Por fim, ao início de cada etapa os educandos promovem momentos de socialização das pesquisas desenvolvidas no Tempo Espaço Localidade, que servem para aprofundar o diálogo interno e externo à universidade, extrapolando assim, no nosso entendimento, o mínimo exigido pela legislação vigente.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

O Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo ofertado no Campus UFPA-Marabá foi concebido com o objetivo de atender à demanda de inclusão social das comunidades do campo/rurais (ação afirmativa), e também para responder à expectativa, atualmente expressa no corpo normativo brasileiro referente à educação, de que a diversidade social brasileira seja contemplada no processo educacional. Destina-se, portanto, a formar professores para atuar na Educação do Campo, dando prioridade aos candidatos que já atuam em processos educativos vinculados ao campo, mas que não possuem ainda qualificação em nível superior, e aos que vivem no campo e/ou pertençam a Comunidades do Campo.

Entendemos que os portadores de necessidades especiais estão incluídos nessa demanda das

comunidades rurais, por isso o Campus Universitário de Marabá tem construído uma política de acessibilidade a partir da construção de rampas com corrimão, elevadores para cegos e portadores de necessidades. O Núcleo de Acessibilidade do Campus, dentro do Núcleo de Educação Especial - NEES, vinculado ao curso de Pedagogia, da mesma faculdade que estamos inseridos, tem contribuído no debate sobre a produção de recursos didático pedagógicos. No Núcleo já possui uma infraestrutura básica, onde podem ser reproduzidos materiais em braile e ampliados.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Está no âmbito do projeto, que os professores que atuarão no curso devem pautar suas ações docentes nos eixos que orientam a formação do educando. Assim sendo, a cada momento inicial de etapa, haverá encontros de planejamento integrado envolvendo os docentes que atuarão naquela etapa nas diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de estreitar o diálogo em torno do eixo que norteia aquela etapa do curso. Serão criados espaços de encontros, estudos de grupos, grupos de pesquisa que devem favorecer ações integradas entre professores e áreas de conhecimento. Além disso, a cada início de etapa, cada professor deve socializar o seu percurso teórico metodológico a ser adotado, de acordo com a orientação dos eixos e as problemáticas por eles endereçadas. O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de (re)significar as práticas docentes em prol do Projeto de Educação do Campo.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação na Licenciatura em Educação do Campo é considerada em sua dimensão pedagógica, como um elemento constitutivo do processo de planejamento e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino-aprendizagem.

Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que

revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação as demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico - prática, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

Abaixo seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá em tempo futuro à Faculdade de Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construída durante o curso deverá ser feito de forma articulada com as atividades curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo ? e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Diário de Classe: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- Produção individual e coletiva: material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do memorial (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional, etc); da produção artística (poemas, musicas, desenhos, etc); de artigos; sínteses; relatórios; projetos; etc;
- Fichas de autoavaliação dos educandos: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma autorreflexão do mesmo sobre seu aprendizado e

participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;

- Ficha de parecer individual: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;

- Plenárias de Auto-Avaliação, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Pará (Excelente, Bom, Regular, Insuficiente, Sem Frequência, Sem Avaliação).

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário.

Propõem-se como estratégias de avaliação docente:

- a avaliação da turma sobre o desempenho docente;

- a auto-avaliação docente;

- e a avaliação dos pares.

São propostos aqui como meios-instrumentos de avaliação docente:

- Fichas de auto-avaliação docente: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada docente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu desempenho e participação nas atividades curriculares do curso, podendo subsidiar a avaliação geral sobre o processo;

- Ficha de avaliação da turma sobre o desempenho docente: que poderá expressar e registrar a análise individual dos discentes sobre o desempenho de cada docente nas atividades curriculares do curso;

- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores;

- Reuniões Docente, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, se auto-avaliar e avaliar o desempenho de seus pares e

- SIAV da PROE/UFPA

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes.

Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão contínua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referência, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente ? e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;
- Reuniões do NDE ? Núcleo Docente Estruturante do curso, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;
- Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos pelo NDE, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Antonio Kledson Leal Silva	Mestre	Ciências Agrárias e da Natureza	Dedicação Exclusiva
Bruno Cezar Pereira Malheiro	Mestre	Ciências Humanas	Dedicação Exclusiva
Glaucia de Sousa Moreno	Mestre	Ciências Agrárias e da Natureza	40 horas
Haroldo de Souza	Mestre	Ciências Agrárias e Ciências Humanas	Dedicação Exclusiva
Idelma Santiago da Silva	Doutor	Ciências Humanas	Dedicação Exclusiva
Kátia Liege Nunes Gonçalves	Mestre	Educação Matemática	Dedicação Exclusiva
Lucivaldo da Silva Costa	Mestre	Letras e Linguagens	Dedicação Exclusiva
Maura Pereira dos Anjos	Mestre	Ciências Humanas e Educação	Dedicação Exclusiva
Rita de Cássia Pereira da Costa	Mestre	Ciências Humanas	40 horas

8.14 TÉCNICOS

O curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Marabá possui um bolsista responsável pelo apoio administrativo do curso e o Campus Marabá disponibiliza um secretário acadêmico do Campus para suprir a demanda acadêmica do curso.

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
<p>As salas de aulas são necessárias para o funcionamento do curso durante o período intervalar.</p> <p>Como o curso tem uma formação comum ao longo das três primeiras etapas e a partir da quarta etapa os educandos optam pela área de Ciências Humanas e Sociais prevista no curso, a capacidade máxima de salas necessárias são de 10 salas.</p>	Sala	40	Aula	10

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
As salas de aulas são necessárias para o funcionamento do curso durante o período intervalar. Como o curso tem uma formação comum ao longo das três primeiras etapas e a partir da quarta etapa os educandos optam pela área de Ciências Humanas e Sociais prevista no curso, a capacidade máxima de salas necessárias são de 10 salas.	computador	Cedido	6	
	mesa	Cedido	6	

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.

JESUS, Sonia Meire S. A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sonia Meire S. A. de (org). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. V. 5. Brasília: Articulação Por uma Educação do Campo, 2004.

PESQUISA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA ?MEC / MDA (Abril, 2005).

SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história. Caderno de Textos Pedagógicos: semeando sonhos, cultivando direitos. Brasília, CONTAG, 2005.